

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende a greve dos servidores da Saúde.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Comenta a outorga da Medalha Alice Petrelli; defende maiores benefícios fiscais para o planalto norte de SC.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença de Décio Schneider, jornalista e proprietário do jornal *Cedrense*; cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo pronunciamento.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Analisa a necessidade de mais recursos para o FIA.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o projeto do governo federal chamado *Caminho da Escola*.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à onda de atentados contra servidores da segurança pública.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Fala sobre a preocupação com o agronegócio.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se à questão do agronegócio em Santa Catarina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO DADO CHEREM - Faz uma reflexão sobre a última eleição municipal.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte)- Solidariza-se com o deputado Dado Chereim.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a necessidade de investimentos para amenizar o problema dos agricultores atingidos pela estiagem.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Tece considerações a respeito das últimas eleições municipais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença, nesta Casa, da vereadora Zulma Souza, eleita no município de Itapema, do amigo Luís, de São Francisco do Sul, e do vereador João do Gás. Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz um balanço da conferência que participou na cidade do México.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde.

Preciso retornar a um dos assuntos mais debatidos pela imprensa catarinense nos últimos dias, que é a greve dos servidores públicos da Saúde de Santa Catarina.

Como havia anunciado no microfone de apartes, na quinta-feira passada, fui até o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - Hemosc -, na capital, para livremente fazer minha doação de sangue e acompanhei o abraço ao Hemosc feito pelos servidores. Inclusive, acompanhei dentro daquele estabelecimento a presença de uma equipe de televisão que fazia questão de filmar as cadeiras vazias. Eu até me adiantei, sentei-me em uma das cadeiras e disse: "Estou aqui para doar sangue, podem filmar-me". Mas o objetivo era mostrar as cadeiras vazias.

Resta provado, inclusive com documentação, que o estoque de sangue do Hemosc não é menor, hoje, do que era no último dia antes de começar a greve. Mas os meios de comunicação continuam dizendo isso e o Hemosc tem sido o centro do debate dessa greve.

E aí, srs. deputados, cabe uma reflexão específica: por que isso? Será porque o Hemosc é administrado por uma organização social? Será porque outros interesses políticos e maiores estejam mais evidentes naquele estabelecimento? Porque o fato é que o Hemosc não parou de coletar e distribuir sangue.

A greve leva talvez à necessidade de uma reflexão a respeito da forma como é feito,

evidentemente que com muita excelência do ponto de vista técnico, esse trabalho do Hemosc catarinense, cujos servidores merecem aplausos. Mas a forma de administração e a mentalidade de administração, através de uma organização social, é que de repente pode estar em xeque ou não querendo que as coisas sejam debatidas. Como também ficou comprovado que não foi um servidor daquela casa que enviou mensagem eletrônica para doadores e isso tudo foi informado e a imprensa divulgou.

O fato é que é uma greve muito forte, que foi motivada porque há 20 anos o governo está usando a hora extra de milhares de servidores, uma vez que diminuiu a quantidade de recursos investidos nos serviços essenciais, inclusive na Saúde, e porque houve uma contratação menor de servidores do que a necessidade.

Ao longo de 20 anos ou mais, em vez de reajustar o salário de forma minimamente digna, os governos trabalharam na perspectiva de valorizar a hora plantão ou hora extra, como queiram. Mas de uma hora para outra, o governo diz que foram contratados 300 servidores, que faltam dois mil e que irá cortar a hora plantão dos atuais servidores.

Ora, cortar hora plantão é cortar salário, o que, em alguns casos, chega até 75% do salário. E evidentemente que contratando apenas 300 ou 600 servidores, não suprirá a demanda.

Então, a categoria que estava lá, quieta trabalhando, cansada, ressuscitou e disse que queria também trabalhar apenas 30 horas semanais, ganhar um salário digno e que o governo faça mais concurso e contrate mais servidores. Portanto, querem que o governo lhes dê uma gratificação para compensar aquilo que trabalharam além das 30 horas semanais.

O governo provocou a greve com uma atitude impensada. E a greve começou, foi suspensa por 15 dias a pedido do governo, mas a proposta apresentada pelo governo foi uma ofensa aos servidores, porque a proposta de aumentar qualquer centavo no salário passa por abandonar as 30 horas

semanais e voltar a ter uma jornada de 42 horas semanais. Isso está sendo defendido pelos diretores dos hospitais e teve a repulsa imediata dos servidores.

Os servidores estavam fazendo um esforço enorme e para cumprir a determinação judicial, exarada logo nos primeiros dias da greve, de manter pelo menos 70% do serviço funcionando. A legislação diz que 30% dos serviços essenciais precisam ser mantidos, deputado Neodi Saretta, mas a decisão judicial determinou que devesse funcionar 70% e não 30%.

Mas agora, no Dia das Almas, em regime de plantão - aliás, essas decisões judiciais acontecem sempre em regime de plantão, talvez porque os titulares não queiram colocar a sua assinatura em algumas coisas que o governo pede -, uma nova liminar determinou que os servidores em greve precisam ficar a pelo menos 200m das unidades hospitalares.

Ora, não precisa ser um especialista e nem trabalhar na Saúde para saber que uma das duas decisões não dá para cumprir. Se cumprirem a referente aos 70%, terão que ficar lá dentro ou muito próximo do hospital, inclusive para fazer o revezamento e garantir que nenhuma pessoa tenha a saúde prejudicada ou venha a óbito por falta de atendimento. Com relação à última determinação judicial, a dos 200m, não há como fazer isso.

Até hoje a segurança da saúde da população catarinense está sendo garantida porque os trabalhadores grevistas garantem isso, pois conhecem sua responsabilidade. Agora, a decisão da desembargadora substituta, proferida em regime de plantão no Dia das Almas, diz que eles têm que ficar a 200m do hospital.

Quem pediu, participou e assinou e também quem instruiu isso, participou de uma decisão - e não me ocorre outra palavra a não ser esta - insana. É uma insanidade e uma irresponsabilidade! Vai parecer mais ainda para a população que a saúde está em greve, se forem cumprir essa última liminar.

Além disso, se os servidores tiverem que cumprir essa segunda determinação judicial, a primeira ficará prejudicada. E aí, sim, os diretores e meia dúzia talvez de terceirizados, estagiários e médicos, apenas eles, terão que dar conta de todo o serviço dos hospitais. Cumprir a última determinação judicial é uma irresponsabilidade, inclusive, a vida das pessoas que chegam à emergência corre sério risco.

Então, a política é tentarem aniquilar a greve antes que o governador Raimundo Colombo tenha que voltar para Santa Catarina, porque uma hora ele vai ter que voltar. Dizem que é na semana que vem. Viajou por 15 dias no meio de uma greve da Saúde, quando sempre disse nos comícios que essa área era prioritária.

A verdade, srs. deputados, é que a última decisão judicial acabou irritando os servidores e fortalecendo ainda mais a greve. Essa é a avaliação da noite de ontem e da manhã de hoje. Por isso, a greve está forte. Os servidores vão manter a greve até o governador voltar, a não ser que a viagem se prolongue e ele passe lá pelos Estados Unidos onde não pousa e não decola nada.

É preciso que as autoridades pensem com racionalidade e com humanidade acerca de uma decisão pacífica para esse conflito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, comunidade catarinense, ontem, precisamente às 14h, no Teatro Pedro Ivo Campos, no Centro Administrativo, tivemos uma grande homenagem aos servidores do estado de Santa Catarina, com a outorga de uma medalha que leva o nome de uma grande servidora pública, Alice Petrelli, mãe do empresário Mário Petrelli, que fez um discurso importante mostrando o valor do servidor público.

Temos certeza de que os servidores públicos que lá estiveram, especialmente o da cidade de

Canoinhas, funcionário Amoresc, que foi homenageado e em quem tive a honra de colocar a medalha, juntamente com o governador em exercício Eduardo Pinho Moreira, saíram extremamente felizes. O teatro estava lotado de pessoas que lá foram prestigiar os servidores públicos que receberam uma merecida homenagem. Estava presente o secretário Milton Martini, que organizou muito bem aquele grande evento.

Então, parabéns ao secretário Milton Martini, ao governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, e o nosso especial abraço a todos os servidores públicos do estado de Santa Catarina. Acho importante esse tipo de manifestação, porque hoje a imprensa só noticia fatos negativos sobre o serviço público, fatos que geram polêmica, mas temos que falar também das coisas boas, como daquelas pessoas que trabalharam 30, 35 anos servindo à comunidade catarinense. Muitos funcionários trabalham até fora do horário de expediente, fazendo com que o seu trabalho se torne um ato de amor. Ouvimos, inclusive, depoimentos muito importantes de homenageados.

Mas quero dizer, sr. presidente, que o planalto norte vive um momento de apreensão, porque vê a instalação de indústrias no litoral, enquanto aquela região é esquecida. Estava para ser implantada uma agroindústria nas cidades de Mafra e de Canoinhas, mas não deu em nada.

Por isso, estamos esperando que o governo do estado tome uma posição com relação àquela região, que tem um bolsão da miséria ao longo da BR-116, que começa em Lages e vai até Porto União. Queremos que seja feita uma legislação que crie percentuais diferenciados de impostos para a nossa região, a fim de que indústrias lá se instalem. Estamos esperando há mais dez anos e nada tem acontecido, sr. presidente. Queremos providências do governo do estado com relação ao crescimento e desenvolvimento do planalto norte.

Essa nossa manifestação é de preocupação com o planalto norte, com a nossa gente, com a nossa terra. Quando transitamos pela BR-101, ao lado de Barra Velha, Joinville, Araquari e São Francisco

do Sul, vemos indústrias e mais indústrias se instalando. E parabenizamos o governo de Santa Catarina por isso, principalmente pela vinda da BMW, uma indústria de primeira linha, porque isso faz a diferença para o Brasil e nosso estado se sente honrado em receber um grande investimento.

No entanto, sr. presidente, queremos que os investimentos cheguem também até o planalto norte, que está precisando de medidas urgentes para o seu desenvolvimento, que neste momento está tolhido. É preciso que seja aproveitada a nossa vocação industrial, a nossa capacidade na agricultura, na produção de grãos para sustentar as agroindústrias. Temos certeza de que o governador Raimundo Colombo, que neste momento está no Japão e depois vai à China, fará as tratativas da vinda de novas indústrias para a nossa região. Sabemos que Lages é importante, sabemos que Joinville é importante, mas esperamos que o planalto norte, Canoinhas, Mafra, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, Bela Vista do Toldo, Três Barras, Major Vieira, Irineópolis, Porto União, Papanduva, Monte Castelo, Itaiópolis, Santa Terezinha e assim por diante, seja beneficiado por essa viagem do governador.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente,
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, em primeiro lugar quero registrar a presença, nesta Casa, de Décio Schneider, jornalista e proprietário do jornal *Cedrense*, o que para nós é uma satisfação.

Em segundo lugar, quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar pelo pronunciamento. Nós, dias atrás, falamos dessa tribuna sobre algumas diferenças fiscais que existem no estado. E conversando com o ex-secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, hoje presidente da Celesc, ele

disse que existem alguns benefícios fiscais maiores do que, por exemplo, no estado do Paraná. Mas a energia elétrica no estado de Santa Catarina está mais cara neste momento.

Então, foi bem abordado o tema e parabéns ao deputado Antônio Aguiar. Mas essa é uma questão para ser discutida em nível de governo de estado.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero falar um pouco sobre o trabalho que a comissão de Defesa da Criança e do Adolescente vem fazendo e que tem sido uma grata surpresa para mim dela participar, porque não imaginava a sua abrangência. Na verdade, desde sua instituição ela tem um grande trabalho a cumprir.

Durante o tempo em que foi construída foram trazidos à comissão representantes do Conselho Regional de Contabilidade, sendo que na última reunião recebemos o padre Luís Antônio Caon, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para falar um pouco sobre o Fundo da Infância e da Adolescência, que por enquanto está sendo subutilizado e que precisa ser implementado, precisa ter os seus recursos incrementados, para que os projetos de entidades sociais possam ser contemplados, para que as crianças que não tenham onde ficar no tempo ocioso, no contraturno da escola possam ser atendidas.

Tenho dito nas reuniões que a propaganda do fundo é o próprio fundo, são os projetos que o fundo vai contemplar. Porque a partir do momento em que as empresas que alocarem recursos no fundo para contemplar projetos sociais, esportivos, culturais destinados a crianças e adolescentes verem que estão dando certo, estão dando bons

frutos, mais recursos serão doados, principalmente através do Imposto de Renda.

O presidente da comissão, deputado Serafim Venzon, vem fazendo um belo trabalho à frente desse projeto, incentivando os membros da comissão e fazendo com que tenhamos essa noção clara, assim como esta Casa e toda sociedade catarinense.

Trabalhei em um projeto em Joinville, no qual percebemos claramente a importância da ocupação do tempo ocioso das crianças e dos adolescentes. E isso custa muito pouco, mas para o poder público muitas vezes custa mais caro, porque precisa montar a infraestrutura, contratar pessoal, ao contrário de muitos projetos sociais, que somente com algumas bolas e coletes conseguem atender a mais crianças de forma muito mais barata. Então, esses recursos precisam ir para aquelas entidades sociais que se dedicam a ocupar o tempo ocioso das crianças e dos adolescentes.

Temos falado muito também nas reuniões que tanto a Assembleia Legislativa, a comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, o Conselho Regional de Contabilidade e o Conselho da Criança e do Adolescente precisam fazer uma ampla divulgação quando da declaração de Imposto de Renda, para que as pessoas possam investir parte dos seus recursos nas entidades sociais, pois este dinheiro, de qualquer forma, iria para a Receita Federal. E assim poderá ficar no estado de forma direta, porque hoje existe a possibilidade de a empresa escolher os projetos indicados pelo fundo. Então, podem contribuir com aqueles projetos que já conhecem, ou já ouviram falar. Mas é preciso fazer uma ampla divulgação sobre o assunto.

Essa destinação do dinheiro é importante, porque todos os dias em nosso estado milhares de crianças ficam ao deus-dará. Vão para a escola de manhã ou à tarde e no outro período acabam ficando sem ter o que fazer. Muitas crianças acabam ficando sem o pai ou a mãe em casa, e fica, por exemplo, um irmão de 11 anos cuidando do irmão de oito anos, enfim, uma criança cuidando da outra, por falta de creche.

Então, precisamos tirar essas crianças dessa condição de risco e colocá-las em algum lugar que dê algum futuro a elas, alguma formação, e ocupar seu tempo ocioso. Porque a criança que está em casa, sozinha, durante o dia, sem o cuidado do pai, da mãe ou de uma pessoa responsável, acaba ficando sujeita a entrar na marginalidade, no mundo das drogas. E isso tudo acaba refletindo no próprio poder público, porque são ações socioeducativas que precisam ser aplicadas na adolescência e na vida adulta também.

Então, no projeto que tínhamos em Joinville gastávamos em média R\$ 5 para atender a essas crianças. E querendo ou não hoje, para ser um pouco mais dramático, um cidadão preso acaba custando mais de R\$ 1 para o poder público. É muito mais fácil cuidar e investir na criança, apoiar iniciativas que visem cuidar da criança e do adolescente do que depois ter que desenvolver projetos de correção, que nem sempre dão certo.

Em um estado que tem esse espírito do voluntariado como Santa Catarina, nada mais justo do que instituições como o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, como a comissão da Defesa da Criança e do Adolescente, recém-criada, ajudem e apoiem quem quer, por conta própria e de forma voluntária, colaborar com o cuidado das nossas crianças, pois dessa forma estarão ajudando a construir o nosso futuro, a formar grandes empresários, grandes atletas e bons cidadãos para a nossa sociedade.

Então, gostaria de parabenizar, em nome do nosso presidente, deputado Serafim Venzon, todas as pessoas que têm feito, de alguma forma, bem à nossa sociedade e desejar que tanto o poder público quanto o Fundo da Infância e Adolescência possam voltar-se a esses projetos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Venzon) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva. Com a palavra a sra. Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, o que me traz à tribuna na tarde desta terça-feira é um projeto do governo federal, chamado *Caminho da Escola*. Trata-se de uma iniciativa que dá oportunidade para os estados da nossa federação e para os municípios de todo o Brasil de adquirirem o transporte escolar para possibilitar a nossa criança e ao nosso adolescente o acesso à escola, diminuindo assim a evasão escolar.

(Passa a ler.)

"Como dizia Paulo Freire: 'Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.' Essa frase do educador Paulo Freire nos convida a uma profunda convicção acerca da importância da educação na vida de um povo, da sociedade e do mundo.

É somente através dos bancos escolares que as nossas crianças estarão aptas a crescerem, não apenas em tamanho, mas principalmente, intelecto.

Com essa visão de que a educação é o caminho para um futuro de transformações, o governo federal lançou, em 2007, ainda no governo do ex-presidente Lula, um programa para garantir a presença da criança e do nosso adolescente nas salas de aula de todos os municípios do nosso país, chamado *Caminho da Escola*.

Esse programa tem como objetivo a renovação da frota de veículos escolares, além de oportunizar outros meios de transporte para que as nossas crianças possam chegar à escola, como bicicletas, implantadas em 2010, e embarcações, iniciada em 2011.

Com esses reforços no transporte escolar estaremos garantindo segurança e qualidade no traslado dos estudantes; contribuindo para a redução da evasão escolar, que é uma preocupação constante da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Ampliando, também, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica.

O programa também tem como premissa a padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Caminho da Escola consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços, realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, de veículos padronizados para o transporte escolar.

Os estados, a exemplo do nosso estado, e os municípios podem participar do programa de três formas: através de recursos próprio, bastando aderir ao pregão, via convênio firmado com o FNDE; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus, bicicletas e embarcações novas.

Para complementar o caminho da escola, foi criado o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate. Esse programa destina recursos ao custeio de despesas com os transportes escolares como reformas, seguros, licenciamentos, impostos e taxas, pneus, serviços de mecânica, elétrica e funilaria, recuperação dos assentos dos ônibus, combustível e lubrificantes dos veículos ou da embarcação utilizada para o transporte de alunos. Abrange também para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar."

É um programa grandioso, completo, que pode ser aderido com diversas parcerias.

(Continua lendo.)

"Os investimentos do programa Caminho da Escola têm sido significativos para muitos municípios catarinenses. Desde 2008, quando foram realizadas as primeiras licitações para a aquisição de veículos escolares, foram entregues 15.133 ônibus, 113.086 bicicletas e 677 embarcações (produzidas pela Marinha) em todo país.

Somente em 2011, os investimentos no Caminho da Escola totalizaram R\$ 380 milhões. Para este ano de 2012, recursos devem fechar em mais de R\$

858 milhões, sendo R\$ 600 milhões para a aquisição de três mil ônibus escolares; R\$ 62,6 milhões para a aquisição de novas bicicletas e capacetes e R\$ 196 milhões para a aquisição de lanchas escolares.

Segundo dados do ministério da Educação, em Santa Catarina o programa Caminho da Escola já contemplou o estado, de fevereiro de 2008 a maio de 2012, com 654 ônibus no valor de mais de R\$ 111 milhões, e 887 bicicletas com recursos da ordem de R\$ 235 mil.

Além desses, um total de 133 municípios catarinenses foram selecionados, através de emenda parlamentar da bancada de deputados e senadores de Santa Catarina no Congresso Nacional, coordenada pelo deputado Décio Lima, para receber ônibus do programa Caminho da Escola.

Esses ônibus já estão no estado, no pátio do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -, em São José, na Grande Florianópolis, aguardando o cronograma de entrega aos municípios, que será coordenado pelo governo do estado." Mas foram emendas parlamentares do Fórum Catarinense.

(Continua lendo.)

"Diante de tamanhos investimentos para que as nossas crianças do estado de Santa Catarina possam chegar até a escola, temos a plena certeza da importância da educação no governo da presidenta Dilma Rousseff, não somente através do programa Caminho da Escola, mas de tantos outros que estão sendo desenvolvidos pelo governo federal." Basta apenas os municípios catarinenses e o governo do estado acertarem e fazerem esses convênios.

(Continua lendo.)

"Somente através da educação, srs. parlamentares, é que será possível propiciar um futuro com desenvolvimento pleno, focado no crescimento sustentável e nas transformações que a nossa sociedade tanto anseia." É através da educação que isso vai acontecer. Para isso nós precisamos, sim, buscar esses investimentos determinados pelo governo federal para facilitar que a nossa criança vá para a escola através do programa Caminhos da Escola.

Era isto o que eu tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ana Paula Lima

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital, todos que estão aqui presentes acompanhando esta sessão, quero, antes de mais nada, falar dessa moda, dessa onda de atentados contra servidores da segurança pública, ou os estabelecimentos da segurança pública.

Tivemos, e disso já falamos há uns dez dias, o assassinato da agente prisional Deise, esposa do diretor da penitenciária de São Pedro de Alcântara; tivemos a mobilização dos servidores do sistema prisional e de outros tantos servidores da segurança pública, policiais civis, militares e bombeiros, na busca e na tentativa de encontrar os autores do crime.

Também um policial civil, na semana passada, foi alvejado por arma de fogo no norte da ilha de Florianópolis, quando ia entregar uma intimação. E nos últimos dias, tivemos 15 disparos de armas de fogo contra uma base da Polícia Militar numa comunidade de Florianópolis, parte continental, Vila Aparecida.

Evidentemente que o estado precisa tomar uma posição com relação a isso. E já temos debatido aqui nesta tribuna a necessidade de uma posição mais firme das instituições responsáveis. Isso passa, evidentemente, por uma reflexão a respeito da legislação federal, a legislação penal e de processos penais, que são leis federais. Precisamos debater sobre tudo isso, além da estrutura aqui em Santa Catarina também.

Ao contrário do que se tem proposto no Congresso Nacional, o abrandamento e o relaxamento das penas, é preciso agir no sentido contrário. É preciso que a legislação seja mais forte e, principalmente, mais eficaz. Não defendo, e todos aqui conhecem a minha posição, nenhuma política truculenta por parte do estado com relação a nenhum ser humano ou qualquer segmento da sociedade.

No entanto, é preciso que o estado dê a resposta adequada à sociedade brasileira, ou então daqui a pouco, deputado Dirceu Dresch, o primeiro fascista aventureiro que passar por aí ganha as eleições no Brasil, porque a população está apavorada com o crescimento da criminalidade. Então, é preciso discutir uma eficácia maior das leis e uma eficácia maior dos poderes instituídos, do poder Judiciário, das instituições de segurança, federais e estaduais. Do contrário, podemos mergulhar numa situação de barbárie social ainda maior do que a que vivemos hoje. E essa é uma reflexão que precisamos fazer com mais tempo neste Parlamento.

Quero ainda, sr. presidente Moacir Sopelsa que preside esta sessão, falar de algumas notícias dos jornais, principalmente dos colunistas políticos de hoje, dando conta de que este parlamentar indicou o novo superintendente do ministério do Trabalho e Emprego aqui em Santa Catarina.

Nessa questão também prevalece aquele ditado popular que diz que o papagaio come milho e o periquito leva a fama. E nesse caso eu sou o periquito. Estou levando a fama por uma posição que não foi minha. Quem indicou Giovan Nardelli para este cargo junto ao ministério do Trabalho, aqui em Santa Catarina foi Hilário Carlos Scherner. E os dois, coincidência ou não, trabalham no nosso gabinete. Então, daí a dedução de que tenha sido uma indicação nossa. Evidentemente que alguns meses atrás o ministro do Trabalho, Brizola Neto, convidou-me para uma visita até o ministério e perguntou sobre isso, perguntou sobre a pessoa que pretendia nomear,

porque a indicação ele já tinha. Repito, não foi indicação da minha iniciativa, mas evidentemente falei da capacidade de trabalho, da competência técnica desse cidadão, inclusive da sua honestidade e do posicionamento trabalhista e brizolista que tem tido. Então, essa foi a minha participação na indicação.

Sobre outras questões, digo que são relações internas no PDT de 30 anos atrás. Inclusive do ex-marido da presidente Dilma Rousseff, que é pedetista e que evidentemente conhece as lideranças do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Brasil há mais tempo e melhor do que eu, de Santa Catarina em especial.

Então, existem questões que vêm lá do passado, não é uma questão momentânea. A nossa relação continuará sendo a mesma, os nossos posicionamentos políticos com relação à política do governo estadual e federal também.

Mais uma vez quero ressaltar que estou levando a fama por uma coisa que não fiz, não que a situação me desgoste, mas o fato é que a minha participação foi bem menor do que os meios de comunicação estão dizendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, será que é a era Brizola que está voltando a imperar no país, deputado Sargento Amauri Soares? Mas é uma decisão política. E toda a decisão política precisa ser respeitada. É evidente que toda decisão deve ter uma motivação.

Sr. presidente, faço uso da tribuna para novamente falar sobre a preocupação com o agronegócio, principalmente com as empresas que estão localizadas do eixo do norte de Santa Catarina para baixo, principalmente o sul. Não obstante, também as demais regiões do estado, em função da matéria prima, do insumo básico para a

produção de aves, suínos etc., que é a ração, estão na mesma situação, dada a distância do centro-oeste do país e a escolha de um modal equivocado, ultrapassado, pela omissão de vários governos - e falo aqui de governos de direita, de centro, de esquerda, de centro-esquerda, de centro-direita - ao longo de décadas, tanto na esfera estadual quanto federal, o que motivou essa situação e causou a desindustrialização das empresas catarinenses, até em virtude de uma concorrência absolutamente desleal.

Ficamos sabendo, através dos jornais, sobre a venda da Agrovêneta, que ocorreu basicamente em função da sua dívida. Os proprietários são pessoas de bem, pessoas idôneas, que sempre procuraram honrar seus compromissos, mas que foram obrigados a tomar uma posição e declinar de um sonho, espero que temporariamente, para evitar inúmeros desempregos na região sul.

Deputado Silvio Dreveck, em 1980 o PIB brasileiro era idêntico ao PIB chinês. Hoje, no entanto, a China cresce de 10% a 10,7% ao ano. E nós reprimidos e com uma diversidade e um comparativo que não tem precedente, um país com uma dimensão continental como o nosso, com o solo, com o clima favorável que a providência divina nos concedeu, se comparado ao clima e ao território chinês...

No entanto, eles tiveram uma visão macro de esquecer o individualismo e atacar no coletivo, talvez até pela dificuldade e pela morte em massa que tiveram, de mais de 20 milhões de chineses, por consequência da falta de alimentos. Tomaram uma iniciativa, tiveram vontade política, onde o estado faz a frente, capitaneia o processo e por consequência a parceria com a iniciativa privada, que faz, e com muita propriedade, a sua parte, quando o ente público não atrapalha.

Infelizmente, com a legislação que estamos vivendo, emperrando cada vez mais, engessando cada vez mais, sem critério, sem definições, sem propósitos específicos, e um país que se coloca na condição de um país emergente, - como é a China, como é a Índia, a própria Rússia e a África do

Sul, e isso tivemos a oportunidade de visualizar na conferência dos BRICS, na China -, que é o país das oportunidades, mas que ao mesmo tempo não dá segurança jurídica para que o investidor possa vir aqui se estabelecer e prospectar os seus negócios.

O exemplo foi o investimento do Eike Batista, recentemente. Por que aqui não pode, mas no Rio de Janeiro pode? Afinal de contas, o que está por trás disso? Quantos milhares de empregos deixaram de se desencadear, com capacidade técnica, com qualificação, com remuneração à altura, digna de um ser humano que estudou a vida toda para buscar os seus conhecimentos e aplicá-lo na prática?

Realmente é muito lamentável, e espero que efetivamente o governo do estado possa promover e fazer a sua parte, principalmente agora, com essa injeção de investimentos, que não é dinheiro a fundo perdido, muito pelo contrário. São recursos à base de financiamento, é bem verdade, de médio e longo prazo e com juro acessível, mas que não chega, nem de longe, muito menos perto, aos investimentos e aos impostos que o cidadão catarinense destinou através do seu trabalho, da sua labuta, para os cofres da união.

Nos últimos quatro anos R\$ 52 bilhões foram para os cofres da união, deputado Moacir Sopelsa. E, no entanto, o que vem de contrapartida? Um estado eminentemente exportador, eu não digo que deveria ter um tratamento diferenciado, mas que pelo menos a recíproca fosse verdadeira e que essa condição fosse dada ao estado de Santa Catarina.

Espero que, nas quatro vigas propulsoras desse estado, saúde, segurança, ação social e infraestrutura, possam esses investimentos proporcionar o aporte de um projeto que deverá ser apreciado e aprovado pelos 40 deputados.

Espero que possamos realmente fazer o melhor proveito, a melhor aplicação, dentro de um destino, com um propósito específico, um planejamento de médio e longo prazo, para com certeza dar condições de competitividade às indústrias catarinenses.

Tenho dito sempre, sr. presidente, que todo grande foi pequeno um dia, e não podemos deixar

passar despercebida a micro, a média e também a grande empresa.

Por essa razão, vejo um momento muito oportuno e vejo com muita expectativa essa grande oportunidade que Santa Catarina tem para poder prospectar os seus negócios.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Convido a deputada Ana Paula Lima para presidir a sessão, pois irei fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sra. presidente, srs. e sras. deputadas, não estava previsto eu fazer uso desse horário, mas os pronunciamentos hoje dos deputados Valmir Comin, Silvio Dreveck e Antônio Aguiar me fizeram vir aqui também testemunhar sobre a questão do agronegócio em Santa Catarina.

Não faz muitos dias, deputado Comin, que nós falávamos que, se não fossem tomadas medidas fortes, deputada Ana Paula, na questão de infraestrutura e de abastecimento de milho e soja, em nossas agroindústrias, iniciariamos o ano perdendo os produtores independentes, que por falta de condições diminuíram seus plantéis e fecharam seus estabelecimentos. Perdemos agora os produtores e com o passar dos dias vamos perder as nossas agroindústrias.

Analisando o agronegócio que se construiu em Santa Catarina, nos últimos 50 anos, vimos que é exemplo para o nosso país e para o mundo. Somos um estado pequeno que tem um pouquinho mais do que 1.12% do território brasileiro e é o quinto produtor de alimentos do país. Isso, deputado Dado Cherem, significa que uma pequena propriedade,

menos de dez hectares, se transforma numa grande produtora de carne e de alimentos.

Primeiramente, vimos a fusão da Sadia com a Perdigão, depois fomos vendo pequenas indústrias fechando por falta de infraestrutura, e agora estamos vendo, como disse o deputado Valmir Comin, uma indústria como a Agrovêneto, uma família que sempre procurou com a tradição de seu trabalho cumprir com os seus compromissos, hoje, são obrigados a se desfazerem de seu patrimônio para cumprirem com os seus deveres e obrigações.

Temos notícias de que muitas outras agroindústrias que têm um abate de 100 mil, 150 mil abates de aves por dia, se não encontrarem uma forma de abastecimento de milho e de soja, também irão abandonar suas atividades.

Tive a felicidade, na companhia de outro parlamentar nosso, o deputado Reno Caramori, de acompanhar, deputada Dirce Heiderscheidt, uma missão das cooperativas à Europa.

Tive a felicidade, deputado Dado Cherem, de participar em Paris de uma das maiores feiras do mundo de alimentos. Lá pude ver a presença senão de 100% ou de mais de 99% dos países com mais de 6.000 indústrias, como também a visita de mais de 100.000 pessoas, onde grandes negócios são efetuados. Vimos mais uma vez a presença do Brasil, das nossas indústrias, dos nossos empresários, mas sentimos a falta de estrutura para bancar as nossas exportações, para produzir de forma a competir com os países que fazem frente hoje ao Brasil na questão do agronegócio.

A apresentação de seus produtos, o incentivo dos seus governos na grande maioria da Europa, um produtor de leite, como exemplo, possui em sua propriedade o incentivo em cada vaca alojada de mil euros, ou seja, transformados em nossa moeda equivalem em torno de R\$ 2.500,00, R\$ 2.600,00 de incentivo para produzir, enquanto vemos o nosso produtor, o produtor brasileiro, recebendo isso e, às vezes, nem alcança esse valor com o produtor que colhe, que tira dessa vaca e que é comercializado.

São produtores brasileiros persistentes, são indústrias brasileiras persistentes, mas não sei até quando terão paciência, até quando terão vontade para sobreviver à política agrícola que ainda não conseguimos implantar em nosso país dando segurança para nosso agricultor e dando segurança para as nossas indústrias.

Não quero aqui criticar o produtor de milho nem produtor de soja, pois o produtor de milho e o produtor de soja também precisam ter lucro na sua atividade, mas não é suportável, e ninguém vai sustentar a produção agrícola de carnes tanto de suínos quanto de aves, a produção de leite e a produção de carne bovina, enquanto tivermos o preço do milho acima dos R\$ 30,00 a saca, o farelo de soja acima de R\$ 800,00 a tonelada.

O milho e a soja são os produtos mais importantes para a alimentação dessas espécies, e se não tivermos infraestrutura para fazer com que esses produtos venham dos centros mais produtores onde se produz com menos custos, com menos preços para sustentar a nossa agricultura de Santa Catarina, vamos perder aquilo que disse no início da minha fala, aquilo que construimos num modelo exemplar para o mundo todo, o nosso agronegócio em Santa Catarina, onde já tivemos mais de 150 mil famílias, deputado Joares Ponticelli, que trabalhavam nessa atividade no campo. Na suinocultura eram mais de 40 mil, e hoje, talvez, não sejamos mais do que 15 mil ou 20 mil. Essas pessoas deixaram de estar no campo e vieram para a cidade, muitas delas aumentaram o volume das favelas, muitos desses agricultores, hoje, quem sabe, estão envolvidos com o tráfico de drogas.

Portanto, devemos buscar uma solução para esse setor e atendimento a essas pessoas, que custa muito mais barato lá no campo do que aqui na cidade, pois lá produziriam alimentos e aqui nos grandes centros têm dificuldade para conseguir um emprego.

O governo federal precisa rever a política de um estado do porte de Santa Catarina, que tem trabalhadores de qualidade, e oferecer essa segurança ao produtor, dando incentivo e apoio à

agroindústria. Hoje, dentre indústrias familiares e grandes indústrias, há mais de 500, mas amanhã poderão existir quatro ou cinco, e estaremos perdendo aquilo que construímos com o trabalho, o mérito e a especialidade tanto da indústria quanto do trabalhador.

O governo federal precisa olhar para esse setor se quisermos manter a qualidade de vida que Santa Catarina possui; precisa assegurar a permanência do nosso homem no campo, a diversificação das indústrias e da agricultura. Não tenho nenhuma dúvida de que sem isso estaremos aumentando o desemprego, os crimes, as favelas. Se não investirmos em alimento, trabalho, educação e saúde, precisaremos aumentar cada vez mais o número de presídios.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, quero fazer um aparte à sua fala para cumprimentá-lo por essa preocupação com a agricultura, com a produção de suínos. Isso nos motiva sempre mais a estarmos lutando pela infraestrutura, pelas ferrovias. Inclusive hoje pela manhã tivemos a confirmação de uma audiência com o ministro do Parlasul para discutir esse tema também aqui em Santa Catarina, que nos interessa muito.

Este estado tem a vocação da produção de carnes e precisamos de fato, coletivamente, enfrentar esse debate, para que não aconteça como em outras áreas, o caso do leite, também da suinocultura. Precisamos olhar para frente e prevenir os agricultores para que não aconteça com eles o que ocorreu com os suinocultores.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado!

Santa Catarina é um estado privilegiado. Quando os empresários escolheram este estado para operar foi porque tínhamos os melhores trabalhadores, os nossos agricultores.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Chereim, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREIM - Sr. presidente, quero anunciar o meu retorno a esta Casa depois de 60 dias afastado, cumprimentando-o em nome dos vitoriosos dessa eleição, e quando digo vitoriosos falo daqueles que tiveram a vontade, a missão partidária e a coragem de disputar a eleição para prefeito em 2012.

Considero essa uma das eleições mais difíceis disputadas nos últimos anos pela mudança político-cultural que nos deparamos e pela nova mensagem do eleitor. Assim, parablenizo todos os deputados desta Casa que disputaram essa eleição, eleitos ou não, que tiveram a coragem de participar desse processo eleitoral tão emocionante.

Quero saudar os senhores deputados e as senhoras deputadas presentes na Casa e também fazer uma manifestação, como líder do PSDB, no sentido de fazer a grande pergunta: Quem ganhou esta eleição?

Essa é a grande pergunta que quero fazer a todos os deputados e às senhoras deputadas. Ou na verdade: Quem perdeu essa eleição? Essa é a reflexão que trago para tarde de hoje, no meu retorno à Assembleia.

O PSDB, srs. deputados e sras. deputadas, elegeu no Brasil 702 prefeitos. Tínhamos 791, elegemos 702 depois de praticamente 12 anos fora do poder central. Tínhamos 13 prefeituras nas capitais ou nos municípios acima de 200 mil eleitores, passamos para 15, aumentamos o número de nossos prefeitos acima de 200 mil eleitores ou dos prefeitos da capital.

Vamos administrar um contingente de 16 milhões de eleitores neste país. E volto a frisar, deputado Silvio Dreveck, para quem está há 12 anos fora do poder central, estamos ali como único partido de oposição junto com o DEM, mas mantendo a dignidade partidária, mantendo no dia a dia a sua luta, na sua crença ideológica, com os nossos guerreiros, sejam vereadores, sejam candidatos a

prefeitos, num momento de uma transformação política muito forte, num momento de uma transformação de comunicação, onde as pessoas tenham acesso à informação a cada segundo, a cada minuto. E o PSDB continua forte e firme, apesar de todas as dificuldades.

Em Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, passamos de 703 mil votos para quase 750 mil votos. Um crescimento significativo para quem olha o PSDB com outros olhos. Mas quero fazer a reflexão de onde quero chegar. E, deputado Dirceu Dresch, não vou apontar o dedo para nenhum partido político, e ora o seu partido é o detentor do poder central. Amanhã poderá ser o PSDB, depois de amanhã poderá ser o PMDB, mas a constatação é uma só: dos dez maiores partidos vitoriosos, sete têm ligação com o poder central, e é onde quero chegar: à centralização e à força do poder central.

Não vou finalizar o debate apontando o partido político, porque ontem fomos nós, hoje é o PT e amanhã poderá ser o PMDB. Mas fica, aqui, deputado Joares Ponticelli, nós que estamos num trabalho muito grande de tentar sensibilizar o debate da reforma política, a reflexão que trago.

Na verdade, quem está perdendo o jogo não são os partidos políticos, é a autonomia dos municípios e do estado que está perdendo essas eleições, porque a cada dia que passa os partidos, as prefeituras têm mais necessidades, e o governo do estado não consegue mais atender às suas demandas, porque estão todos quebrados.

O governador Raimundo Colombo está fazendo a lição de casa, não tem um centavo para investir na melhora do salário dos funcionários ou de fazer investimentos nos municípios.

Então, essa centralização, sobre essa perda de autonomia dos municípios e dos estados é que temos que começar a refletir e provocar aquele debate que conheci lá em 2005, com Luiz Henrique da Silveira, quando falava do pacto federativo. Foi a primeira vez ouvi falar sobre o pacto federativo e a sua necessidade. E agora na prática, deputado Joares Ponticelli, deputada presidente Ana Paula

Lima, estou convencido que é lá, nos municípios, que as coisas acontecem. E vou citar três exemplos emblemáticos, deputado. Quero começar com Camboriú, onde, ontem, ocorreu o 31º assassinato. naquela pequena cidade. E a prefeita com os olhos em lágrimas, com a voz embargada, telefonou-me, pela sua impotência de resolver os crimes naquela cidade. O segundo exemplo que eu vou citar é a minha cidade de Balneário Camboriú, onde o prefeito Edison Piriquito teve que criar uma guarda municipal, sem orçamento, para atender às demandas da sociedade. Mas teve que tirar a guarda municipal, porque a impotência chega aos cofres do prefeito. O terceiro exemplo é o prefeito Carlito Merss, de Joinville, que está passando um inferno com o Hospital Municipal São José que não consegue atender à demanda. Por quê? Por causa da centralização do poder. Se dessem condições para a prefeita Luzia, para o prefeito Piriquito, para o prefeito Carlito Merss, os três exemplos que estou citando, com certeza a situação do cidadão ou da cidadã desses municípios seria menos ruim, não sei se seria melhor, mas com certeza seria menos ruim.

Por isso, trago para esta Casa a necessidade de a partir intrinsecamente dos mandados dos vereadores, dos srs. prefeitos e de nós, deputados estaduais, começarmos a debater mais firmemente sobre a necessidade do pacto federativo em relação àquele que tanto precisa, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dado Cherem, quero cumprimentá-lo pelo tema que aborda.

Quero estender o convite aos demais parlamentares para estarmos juntos na próxima segunda-feira e terça-feira em Brasília, aonde iremo-nos reunir para tratar, entre outros assuntos, a nossa diretoria, também da necessidade urgente da revisão do pacto federativo e, deputada Ana Paula Lima, da unificação das eleições no

Brasil. Ninguém aguenta mais parar o Brasil de dois em dois anos para fazer eleições.

Então, a revisão contempla essa questão da unificação das eleições e de um novo momento que precisa construir. E certamente vamos debater muito durante essa semana e trazeremos alguns encaminhamentos na próxima semana de Brasília.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Por isso, sra. presidente e demais deputados, vamos fazer o convite a todos, pois já tenho uma audiência confirmada com o senador Álvaro Dias, do PSDB do Paraná, com o senador Luiz Henrique e estou tentando também uma audiência com a ministra Ideli Salvatti, para convidá-los a fazer parte desse grande fórum.

Chego à conclusão, sra. presidente e srs. deputados, que na verdade se alguém comemorar vitória política nessas eleições, vai comemorar a vitória de Pirro, porque ninguém ganhou, e quem está perdendo é a sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, demais srs. deputados e todos que nos acompanham pela TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital, bem como os que nos visitam no dia de hoje, fizemos neste início de ano uma grande ação coletiva junto com os prefeitos. Foram movimentos sociais do nosso grande oeste, meio-oeste e parte da região do alto vale Itajaí, para buscarmos apoios, investimentos para amenizar o problema de nossas famílias, principalmente nossos agricultores atingidos pela estiagem.

Nos últimos dias, mais precisamente na semana passada em Chapecó, dia 29, ocorreu mais uma reunião com os municípios, quando foi anunciado o

encaminhamento de mais de R\$ 17 milhões, principalmente em termos de política de perfuração de poços artesianos, sendo que são mais 120 municípios que serão atendidos, e os recursos, especialmente, provêm do ministério da Integração Nacional e também do Tesouro Nacional. Já tivemos a liberação de recursos no início do ano, e isso talvez tenha sido uma novidade, essa ação imediata do governo federal em socorrer o estado na questão da estiagem, principalmente os agricultores atingidos.

Temos esses encaminhamentos, e infelizmente as regras, a burocracia, demoram nessa liberação de recursos. Mas com certeza para as próximas estiagens que porventura aconteçam já temos uma política para amenizar esse impacto tão negativo.

Claro que uma das grandes preocupações que fica é a de perfuração de poços artesianos, que também não deixa de ser um problema, porque ao se perfurar um poço artesiano e retirar água do subsolo, as vertentes e os riachos tendem a secar mais rápido por causa da vazão dessas águas.

Então, isso também preocupa e tem que ser muito bem analisado. Mas se não tiver outra solução, esta tem que ser uma das últimas buscas, a perfuração de poços.

Eu defendia nas audiências públicas a aplicação dos R\$ 60 milhões que esta Casa destina do empréstimo do BNDES, de R\$611 milhões para ações de combate à estiagem, para buscarmos investimentos e recuperação de APPs, recuperação de fontes, para que não se aplique esse dinheiro simplesmente, deputado José Milton Scheffer, v.exa., sem estudar a área.

Muitos municípios já pensam perfurar poços profundos no aquífero Guarani. Isto para mim é a última solução, é a última busca que devemos fazer. Assim temos outros mecanismos em minha avaliação que é a água da chuva, que é a recuperação de nossas fontes, dos nossos rios, que possam abastecer as cidades e os interiores dos nossos municípios.

Então, quando se fala aqui na Defesa Civil, na secretaria da Agricultura, no ministério da

Integração Nacional, de perfurar mais de 500 postos artesanais, de fato precisamos fazer uma avaliação, se é necessário fazer tudo isso. Se é, precisamos fazer. Agora, temos outros mecanismos de garantir a água e abastecer a nossa população e os nossos animais.

Quero trazer, sra. presidente, outro tema que a nossa bancada vem falando desde o ano de 2003, com o nosso ex-deputado Francisco de Assis, de Joinville, que trouxe um projeto chamado ICMS Ecológico para esta Casa. Infelizmente Santa Catarina mais uma vez fica atrás de outros 14 estados do Brasil que já implantaram este ICMS Ecológico.

A região que abastece toda a bacia do rio Itajaí precisa ser valorizada. Os estados que implantaram esse ICMS Ecológico, principalmente os pequenos municípios, que são os que mais preservam, ganham com isso. A sociedade ganha, o meio ambiente ganha.

Então, a nossa bancada propôs um projeto, no ano passado, de uma política de ICMS Ecológico, que cria três grandes diretrizes para fortalecer os municípios que têm ações ambientais, ou seja, um aterro sanitário que tenha um parque ecológico tenha pagamento de serviços ambientais, enfim, tenha um tratamento adequado, uma valorização do meio ambiente, tenha um retorno para isso.

Estamos trazendo para o debate uma redistribuição dos 2% dos 15% fixos do ICMS que vai para os municípios. E queremos fazer esse debate com as prefeituras, com o governo do estado, no sentido de que 0,5% da receita líquida sejam redistribuídos através de critérios ecológicos e de preservação dos municípios que têm uma participação do estado e dos municípios.

Fizemos um debate na Facisc a respeito dos 85% que vão proporcionalmente para os municípios, conforme a contribuição do ICMS dos municípios.

Então, estamos abertos para o diálogo. E o importante é que esta Casa faça essa discussão; por isso, quero agradecer ao deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, e aos demais membros.

Hoje pela manhã aprovamos a realização de uma audiência pública, possivelmente no dia quatro de dezembro, nesta Casa, para recomençar a discussão do ICMS ecológico no estado de Santa Catarina.

Entendo que é uma política importante, que diz respeito também à nossa economia, enfim, a indústria está produzindo, porque precisa dessa água, e alguém está cuidando.

As cidades grandes, como, por exemplo, a cidade de Florianópolis, tem uma água de qualidade porque alguém está cuidando, algum município do continente, ou seja, Paulo Lopes, Santo Amaro, outros municípios, enfim, eles precisam de valorização para o serviço que estão prestando à sociedade catarinense.

Também poderíamos citar outros exemplos, como é o caso do meu município de Saudade, sr. presidente, que recebe todo o lixo de Chapecó. O aterro sanitário é no meu município, então, esses municípios precisam ser valorizados pelos serviços que prestam à sociedade catarinense.

Por isso, queremos fazer esse debate com este Parlamento, com o governo do estado, com os municípios, com a população catarinense, com os comitês das bacias hidrográficas do nosso estado, que têm preocupação muito grande com o futuro da nossa humanidade, com o futuro da água e com o futuro do meio ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jorge Teixeira.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Jorge Teixeira, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital,

peessoas que nos estão acompanhando no plenário, eu quero falar um pouco sobre uma reunião ocorrida ontem, em Joinville, com o prefeito eleito Udo Dohler, também com os vereadores que foram eleitos na última eleição. Foi um momento histórico para a cidade, que mostra tanto do prefeito, como dos vereadores eleitos um sinal de maturidade política, uma política sem revanchismo. E como fala o senador Luiz Henrique da Silveira, quando acaba a campanha eleitoral, o dever de todos é enrolar as bandeiras e partir para o bem, para fazer o bem da cidade, do estado e do país.

Quero dizer que essa maturidade política é importante principalmente para Joinville, porque o momento que atravessamos, que a nossa cidade atravessa, não é dos mais favoráveis, e uma atitude como essa do prefeito eleito Udo Dohler, uma atitude republicana e de respeito, mostra que o seu jeito para governar a cidade vai ser um jeito diferente, de um prefeito que não quer atropelar ninguém e que precisa da Câmara de Vereadores para fazer o que é necessário para a cidade.

Então, não é porque a Prefeitura e a Câmara de Vereadores têm diálogo afinado que um precisa ser submisso ao outro. Os dois podem fazer o seu papel de forma independente, mas sem a submissão que muitos apregoam. Falo também que a cidade de Joinville, pela união da classe política, precisa voltar a andar de cabeça erguida, precisa voltar a ser aquela cidade pujante que sempre foi, porque de certa forma esta cidade tem se apequenado nos últimos anos.

Parabéns a todos os vereadores eleitos que compareceram à reunião, faltou apenas um vereador, dos 19 vereadores eleitos, que foi o vereador Bento, do PT, e faltou por motivo de saúde, porque senão teria comparecido à reunião.

Eu quero dizer também aos srs. deputados que hoje iniciou a eleição americana, que dizem que é a mais disputada dos últimos 30 anos. Pessoalmente, torço pelo atual presidente Barack Obama, por motivos óbvios.

É importante questionar também a forma como é feita lá a eleição, que é um país moderno, arrojado em alguns pontos, mas que está atrasado em outros. O sistema eleitoral nos Estados Unidos está atrasado. A eleição é feita ainda em cédula e daí demora quase um mês para sair o resultado.

Então, realmente é um processo eleitoral muito confuso e que se não nos aprofundarmos no estudo do processo eleitoral americano acabaremos não entendendo como ele se processa.

Quero parabenizar o sr. presidente, deputado Gelson Merisio, o deputado Moacir Sopelsa, a deputada Ana Paula Lima, o deputado Nilson Gonçalves e a Mesa Diretora desta Casa pelo lançamento da *Agência AL*, que está trazendo mais agilidade, mais transparência, além da TVAL, da Rádio Alesc Digital ou do jornal impresso, para os trabalhos do Poder Legislativo.

Assim sendo, é importante para os habitantes do nosso estado, é importante para nós, deputados, essa agilidade, essa transparência aos trabalhos da nossa Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, reiniciando-a na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com satisfação a presença, nesta Casa, da vereadora Zulma Souza, eleita no município de Itapema, do amigo Luís, de São Francisco do Sul, e do vereador João do Gás, famoso, popular em São Francisco também, município

de v.exa., deputado Gelson Merisio, sua base eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Srs. deputados, temos diversos vetos pautados, mas parece-me que o quórum não será suficiente para deliberarmos as matérias.

Consulto os srs. líderes se retiramos todos de pauta ou se vamos votar alguns. Acho que seria prudente que todos os vetos ficassem para uma próxima sessão, quem sabe para a sessão de amanhã, para que ninguém seja prejudicado.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Estão retirados de pauta todos os vetos no dia de hoje e estão reincluídos para a sessão de amanhã.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0182/2012, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0204/2012, que declara de utilidade pública a Associação Itajaiense de Kung-Fu, de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0426/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0977/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0978/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; 0979/2012 e 0980/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0981/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0982/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0983/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; e 0985/2012, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0984/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis sugerindo a revitalização da praça Coronel Romariz, localizada na rua José de Anchieta, no Balneário do Estreito.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0056/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela urgência na aprovação do Projeto de Lei n. 2.565/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero apenas dizer aos nobres pares

desta Casa que o Projeto de Lei n. 2.565/2011, de autoria do Wellington Dias, trata da nova pactuação da repartição dos *royalties* do petróleo, sendo que, conforme esse projeto, ficaria 20% para o estado produtor, 10% para o município, 5% para os municípios adjacentes, 25% para os demais estados, 25% para os demais municípios, que não são aqueles que já foram beneficiados no primeiro percentual, e 15% para a formação de um grande fundo social que seria destinado à Saúde, à Educação, enfim, às ações sociais de interesse do governo e da nação.

Era apenas para dizer de que trata esse projeto que era para ser votado na semana passada e está em discussão nesta semana. E certamente o apoio desta Casa ao fórum e à Câmara dos Deputados poderá fazer bem para estimular a votação o quanto antes dessa matéria.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Pedido de Informação n. 0078/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado aos secretários da Saúde e da Fazenda, solicitando informações sobre onde estão sendo investidos os recursos do Fundeb e do salário educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0079/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e aos secretários da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico Sustentável, solicitando informações sobre o decreto que regulamentou a Lei n. 15.133, de 19 de janeiro de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O deputado Moacir Sopelsa presidirá a sessão a partir deste momento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, catarinenses que participam da nossa sessão, quero destacar, em especial, a presença na Casa do nosso vereador eleito do município de Laguna, o querido companheiro Roberto Alves.

Queremos dizer, deputado Silvio Dreveck, que em Laguna tivemos uma composição muito acertada com o companheiro do nosso líder, o deputado Aldo Schneider, o nosso prefeito Everaldo dos Santos, que teve uma vitória consagrada, deputada Dirce Heiderscheidt. E o nosso partido, na composição, teve que abrir mão de espaço na majoritária. Nós somos atualmente vice do atual prefeito e temos, enquanto vice, um vereador apenas, o nosso companheiro Dudu Carneiro. Nessa última eleição do dia 7 de outubro, mesmo não participando da majoritária na grande composição que fizemos, o nosso partido, deputado Dóia Guglielmi, passou de um para três vereadores. Somos, junto com o PMDB, a maior bancada do município de Laguna e o prefeito dito o bam-bam-bam, o dono da cidade, fez um vereador.

Quero cumprimentar aqui o presidente Fábio e o nosso vereador eleito Roberto Alves, ele que com o Dudu Carneiro, com o nosso querido Cleber, vai compor a nossa bancada a partir do dia primeiro de janeiro, na querida cidade de Laguna, onde terei de neste ano ainda, espero, pelas mãos do presidente Everaldo, receber a concessão que

Laguna me fez generosamente ao me adotar como cidadão, deputada Dirce Heiderscheidt, uma vez que não podemos escolher o lugar para nascer, mas ficamos muito honrado quando recebemos essa concessão que a Câmara de Laguna concedeu.

Quero nessa oportunidade trazer aqui algumas informações acerca do evento que participamos na semana passada, cumprindo a nossa missão de presidente da União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais, no estado de Vera Cruz, estado do México.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. ficou nos devendo, pois contávamos e esperávamos a sua presença.

Tivemos uma bela conferência, foram mais de 600 parlamentares do México que se reuniram, deputados estaduais que lá são chamados de deputados locais, dos 1.270 que os 31 estados mais o distrito federal têm.

A nossa entidade, deputado Dóia Guglielmi, é uma entidade parceira. A entidade mexicana foi constituída nos moldes da nossa instituição, inclusive, a cópia do estatuto basicamente é o mesmo daquele que a Unale tem. Há um intercâmbio, uma troca de experiência muito forte. Tivemos dois espaços para participar de uma plenária que reuniu mais de 600 parlamentares de todo o estado do México.

O que mais me chamou a atenção são a curiosidade que eles têm e o agendamento de um espaço para conversar com a presidente do TSE, porque o sistema de votação eletrônica do Brasil realmente chama a atenção do mundo. Temos hoje eleições num dos principais países do mundo que não se sabe quando vai terminar a apuração nem da confiabilidade dessa eleição. Nesse particular o nosso modelo é referência mundial, e pudemos constatar isso mais uma vez nessa eleição.

O que me chamou a atenção no estado de Vera Cruz e também na cidade do México, onde a violência como aqui no Brasil tem crescido muito, foi a ação ostensiva que o governo tem adotado no combate à criminalidade.

Vou trazer o material que fotografamos e filmamos da ostensividade da ação da Polícia. São policiais militares que fazem rondas nos mesmos locais de 15 em 15 minutos, em viaturas que são caminhonetes com carroceria. A carroceria até parece carroceria de boiadeiro, com uma estrutura para três policiais militares camuflados, vestimentas camufladas, metralhadoras de alta potência. E eles ficam circulando permanentemente.

Então, há uma ostensividade que está produzindo resultados extraordinários. Acho que é um caso a ser estudado, até porque o índice de crescimento da violência por lá também assustado muito. E tudo isso em decorrência do tráfico de drogas, pois muitas estruturas se deslocaram da Bolívia, da Colômbia, para o estado do México, o que está causando essa ação muito forte, já produzindo resultado muito interessante.

No retorno, tivemos uma audiência com a jovem prefeita da cidade do Panamá, também numa missão oficial, com a prefeita que assumiu em janeiro deste ano. Uma jovem formada na universidade de Harvard, especialista nessa área de questões sociais de atendimento à criança vítima da delinquência, da violência familiar. Ela se mostrou muito preparada. Está adotando um modelo de concessão para a construção de estacionamentos, porque a cidade do Panamá também já tem, como os grandes centros, problemas graves de mobilidade urbana.

O que me chamou a atenção foram as concessões de espaços públicos para a construção de estacionamentos subterrâneos em praças. São dois ou três andares de estacionamentos subterrâneos que estão sendo feitos sob as praças, o que dá resolutividade, porque as praças geralmente estão alocadas nas áreas mais centrais das cidades.

Então, estamos reunindo toda essa documentação, até para apresentar para os novos prefeitos em novos eventos, para podermos fazer essa sugestão, porque esse modelo que o estado do Panamá está adotando me parece ser interessante. E aqui pode ser um caminho para o início da solução

dos graves problemas de mobilidade urbana que enfrentamos.

Já em Tubarão, na minha cidade, tive que rodar mais de meia hora no meio da tarde e não consegui nem estacionamento particular. E tem aquela praça enorme, que poderia ter um estacionamento subterrâneo. Se alguém constrói e explora por determinados anos, pode ser uma saída para resolvermos o grave problema de mobilidade urbana que as principais cidades do Brasil já enfrentam.

Por fim, tenho vários assuntos, amanhã voltarei à tribuna, mas quero já renovar aqui o convite para que v.exas. reservem a data do dia 23 de novembro, quando teremos aqui, nesta Casa, uma promoção da Unale, em parceria com a Assembleia Legislativa, sob a execução da Escola do Legislativo, o seminário sobre a Dívida dos Estados Brasileiros com a União. Teremos aqui a presença de diversos senadores, como Luiz Henrique que está abordando esse tema, como a Ana Amélia, do Rio Grande do Sul. Vamos trazer também o secretário de Finanças da Fazenda do estado do Paraná, o nosso secretário Nelson Serpa, ministros do Tribunal de Contas da União, enfim, diversas autoridades que vêm aqui para discutir essa problemática, esse achaque que o governo federal promove contra os estados. No nosso caso, R\$ 1,5 bilhão serão tomados das nossas receitas deste ano por conta do abatimento da dívida que só cresce. De uma dívida que era de R\$ 4 bilhões, em 1998, quando foi renegociada pagou-se R\$ 7 bilhões, e a dívida continua.

Nós vamos, este ano, investir menos de um bilhão de reais, contra mais de um bilhão e meio que serão tomados pelo governo central, por conta dessa exorbitante taxa de juros que se pratica, 14% de juros ao mês, é o que Santa Catarina paga, deputado Moacir Sopelsa. Nós e os demais estados, 14%. Agiotagem desse tamanho não existe em lugar nenhum do mundo.

E no dia 23, deputado Carlos Chiodini, v.exa., que tem demonstrado muita preocupação com esse tema, saiba que faremos esse grande debate durante o dia todo assim como o levantamento de propostas

concretas para tentar colocar esse assunto em pauta.

A Comissão de Notáveis, do Senado, nesta semana, apresentou uma proposta, e estou preocupado, porque eles misturaram tudo, colocaram a questão das dívidas, da renovação do Fundo de Participação dos Estados, da guerra fiscal e os *royalties* do petróleo, enfim, tudo isso num pacote só.

O próprio vice-presidente Michel Temer nos disse que se colocar num pacote só não vai resolver nada. Parece-me que se está cedendo muito à pressão do Rio de Janeiro, que não quer distribuir, e nós temos que encarar essa discussão, fazer a nossa parte também, aqui em Santa Catarina, no próximo dia 23.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje tivemos a manifestação do deputado Antônio Aguiar sobre a questão do tratamento diferenciado na questão tributária, na divisa, principalmente, do estado do Paraná, onde a nossa energia elétrica, em alguns locais, em algumas áreas de distribuição, pela questão tributária, acaba tendo um encargo a mais para as empresas daquela região, assim como também na comparação da tributação de ICMS de alguns produtos.

Estive em Porto União, participei de uma reunião com a associação empresarial, também com o prefeito, vice-prefeito, inclusive o prefeito eleito, o vice-prefeito eleito, conversei essa questão com o presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, que já foi secretário da Fazenda no estado de Santa Catarina, do porquê dessa diferenciação.

É uma questão que já vem sendo estudada, debatida, há muito tempo, mas segundo o

secretário, hoje presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, o estado de Santa Catarina estabelece principalmente no Prodec e outros benefícios algumas vantagens que fazem com que haja uma contrapartida beneficiando o estado de Santa Catarina e as empresas aqui estabelecidas.

Por isso, muitas vezes é mais fácil a gente ver o tamanho da dificuldade do que o tamanho da facilidade que é oferecida. Mas essa é uma questão que já vem sendo estudada, e vamos trazer esse assunto para debater com o secretário da Fazenda e ver o que o estado ainda pode melhorar.

Nós temos visto que o governador Raimundo Colombo tem procurado beneficiar com incentivos a implantação de empresas em nosso estado, em todas as regiões.

O nosso planalto norte catarinense é uma região ainda pobre, uma região com muitas dificuldades, a região de Porto União, Canoinhas, Caçador, Matos Costa, Calmon precisam de mais investimentos e, claro, opções para que empresas lá possam se estabelecer.

Outro assunto que quero abordar, na tarde de hoje, é com referência à segurança pública. Parabenizo o empenho do secretário da Segurança, César Grubba, e do delegado-geral de Polícia sobre as promoções dos policiais civis.

Nós vivemos, não somente em Santa Catarina, mas no Brasil, um momento difícil na questão da segurança pública, onde os criminosos tentam desestimular os policiais e os agentes prisionais. Tenho dito que a Polícia é a última barreira diante de um caos social, diante da impunidade e da criminalidade estabelecida em nosso país. Precisamos então valorizar e fortalecer o trabalhador e a trabalhadora da segurança pública, dar-lhe méritos pelo trabalho prestado.

O meu reconhecimento hoje, deputado Darci de Matos, ao secretário da Segurança em razão das promoções dos policiais civis, que há três semestres estavam paralisadas, pois não havia autorização para a sua realização, pelo impacto financeiro. O grupo gestor aprovou e houve empenho

de todos, e sei que os deputados sempre que puderam fizeram manifestação nesse sentido.

Segundo informação extraoficial, amanhã nós teremos então a assinatura dos atos de promoção que estavam pendentes de todos os policiais civis do estado de Santa Catarina. Isso é muito importante: o reconhecimento financeiro também eleva a estima do ser humano pelo trabalho desenvolvido, pelo tempo de serviço, pelos objetivos alcançados e principalmente para se sentir uma pessoa valorizada.

Parabenizo então o governo, os membros do grupo gestor, pela sensibilidade em perceber a importância desse ato, neste momento difícil para a segurança pública do nosso país. Temos tantos motivos para ter orgulho de nossos policiais, pois Santa Catarina é hoje, graças a todo esse empenho, o estado com menor de criminalidade. Ações devem continuar sendo executadas para que o estado possa manter essa segurança.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Maurício. Parabéns pelo seu pronunciamento falando da importância da segurança pública para Santa Catarina, v.exa. que é da carreira policial, que foi diretor-geral da Polícia Civil.

Também quero concordar com a sua posição de elogios ao trabalho do secretário da Segurança Pública, César Grubba, e do governador Raimundo Colombo que lançou, há poucos dias, o Pacto da Segurança Pública.

Esta Casa, através das comissões, incluiu também a Segurança Pública como a Educação no financiamento de R\$ 3 bilhões, o que significa que podemos comprar câmaras de monitoramento e mais viaturas. Mas sem dúvida alguma, somente com equipamentos não se melhora a segurança, precisamos de homens na rua, de inteligência.

Portanto, quero elogiar o governador e o secretário Grubba pela ação que estão empreendendo

para melhorar a segurança pública em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado colega Darci de Matos.

A segurança pública é muito complexa, e digo que é parecida com o futebol na questão de que todo mundo é um técnico neste país. Também em relação à segurança pública todo mundo acha que há uma solução, mas, na verdade, a segurança pública é muito complexa, a administração e tudo que se tem que fazer para manter o clima de segurança no estado.

Além de dar a segurança, o mais importante é também transmitir ao cidadão a sensação de segurança, porque muitas vezes em razão das informações, do noticiário, pessoas que não foram vítimas ou que moram até numa comunidade tranquila, não tem problema grave de segurança pública, mas se sentem inseguras.

Então, tão importante quanto dar as condições de segurança, valorizar o profissional de segurança é fazer também com que o cidadão, a cidadã participem da segurança pública e tenham esta sensação - sintirem-se seguros. Aquele que se sente mal ou se sente um pouco doente, mesmo que não esteja doente, vai estar doente. E quem tem a insegurança, a intranquilidade em razão da segurança pública, esta pessoa mesmo que ainda não esteja sofrendo os efeitos já vai se sentir mal, insegura e perder a sua tranquilidade, portanto, a questão emocional também é muito importante.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa - Obrigado, sr. deputado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 110ª Sessão Ordinária de 07/11/2012:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0026/2011; 0445/2012; 0493/2012; 0537/2012; 0564/2012; 0565/2012; 0573/2012; 0581/2012; 0584/2012; 0599/2012; 0618/2012; 0619/2012; 0620/2012; 0621/2012; 0624/2012; 0658/2012; 0659/2012; 0680/2012; 0681/2012; 0683/2012 e 0685/2012;

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0182/2012;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0272/2012; 0320/2012; 0322/2012 e 0341/2012.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.